

ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

Controle político

Vários parlamentares do PDS solicitaram à direção do partido que promova gestões junto ao Executivo para que a agremiação possa tomar conhecimento prévio das medidas que o Governo espera anunciar nos próximos dias, destinadas a reduzir o déficit público e acelerar o ajustamento da economia à crise externa. No mesmo sentido manifestou-se a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, movida pelos representantes da oposição, também desejosos de participar da elaboração de decisões que dizem respeito diretamente ao bolso de cada um de nós.

Consideramos de toda procedência esse desejo, a partir da premissa correta de que o Congresso representa a sociedade e esta é a destinatária final dos efeitos das medidas em exame. A manifestação, por seu turno, é consistente com o processo de descompressão política que o presidente da República está conduzindo, e que deve alcançar não somente as práticas políticas no sentido estrito do termo, mas todas as ações que interessam a opinião pública, sobretudo os fatos econômicos.

Todavia, a questão básica é saber se o Congresso está em condições de participar dessa discussão e, de alguma forma influir nas decisões. O problema não se resume a uma capacitação técnica para intervir em debates que exigem um conhecimento mais acurado das questões econômicas e um razoável nível de informações que possibilitem uma apreciação isenta. Mais importante do que isso é a postura dos parlamentares, no seu aspecto político-ideológico. Não se defende a abdicação de compromissos políticos e ideológicos de deputados e senadores com seus eleitores, nem que os congressistas da oposição abandonem o seu linguajar adjetivado. Mas é fundamental que haja eficácia na discussão, ou seja, que ela seja essencialmente prática e proveitosa.

Recentemente, quando da presença do ministro do Planejamento no plenário do Senado, o que se viu, durante a maior parte das seis horas e meia de permanência do titular da Seplan naquela Casa do Congresso, foi um desfiar de agressões pessoais, entremeadas de críticas radicalizantes, que impediram, de parte a parte, o esclarecimento das questões. Quem perdeu foi o Congresso, que deixou escapar a oportunidade de uma ampla discussão sobre a crise brasileira e suas causas recentes, e também a oposição, que perdeu a chance não só de criticar o modelo como de defender perante o ministro do Planejamento sua alternativa para a crise.

Agora, manifestando o desejo de intervir nas discussões sobre o pacote econômico que se avizinha, os parlamentares poderiam aproveitar o ensejo para demonstrar que estão realmente interessados em participar, juntamente com o Executivo, das responsabilidades na formulação das alternativas que possibilitem ao País superar essa fase de doloroso ajustamento, sem a preocupação de impor soluções nem de aceitar decisões ditadas pela tecnocracia.

MILANO LOPES